

:1992-1996 AFIRMAÇÃO DO EUROPEÍSMO

Em 1992, quando Portugal assume pela primeira vez a Presidência da União Europeia, tinha-se já registado uma evolução importante da política europeia. Depois de Maastricht, tornou-se claro para o governo português, ainda chefiado por Cavaco Silva, que a enorme solidariedade financeira da Europa para com Portugal exigia o empenho do país na construção da dimensão política do projecto europeu. À medida que as novas democracias do Centro e Leste europeu se aproximam de Bruxelas em busca do mesmo apoio de que Portugal usufruía 20 anos antes, ganha-se em Lisboa consciência que o estatuto periférico do país pode acentuar-se na ausência de um empenho inequívoco no reforço da integração europeia. Importa sublinhar que foi neste período que se lançou um debate intenso sobre a possibilidade de um grupo de países [o chamado «núcleo duro»] avançar sem os restantes Estados membros para um grau mais avançado de integração numa série de domínios, entre os quais a moeda e a defesa.

A Presidência de 1992 foi sobretudo a afirmação de Portugal como membro «adulto» da Comunidade Europeia, capaz de pensar as grandes questões europeias para além das perdas e ganhos com os fundos comunitários. A pertença à Comunidade Europeia foi um factor fundamental para resolver o velho dilema da política externa portuguesa de ter de optar entre o Atlântico (Estados Unidos, Brasil, África) e a Europa. Em vez de se excluírem mutuamente, as duas vertentes reforçam-se. O quadro europeu dá uma nova dimensão às prioridades ditas nacionais e Portugal traz à Europa um importante *know-how* em relação a África e à América Latina. Foi, por exemplo, neste período que a questão de Timor começou a ser discutida regularmente no âmbito da Cooperação Política Europeia (CPE), o mecanismo que antecedeu a actual Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Foi durante a Presidência portuguesa da União Europeia que se deu o primeiro encontro formal entre a Comunidade e o Mercosul, então recentemente constituído. O novo interesse de Portugal pelo Mediterrâneo, no contexto da Parceria Euro-Mediterrânica e de outras iniciativas sub-regionais, depois de séculos de total alheamento em relação a uma vizinhança tão próxima, mostra igualmente como era possível formular uma política externa num quadro europeu. Em suma, a Europa política é finalmente entendida como útil para a concretização dos objectivos nacionais.

■ Europa: um interesse vital

Maria do Rosário de Moraes Vaz . IEEI

Em Dezembro de 1995, depois dos Acordos de Dayton negociados em Washington e solenemente firmados no Eliseu, partia para a Bósnia-Herzegovina o contingente militar português que tomou parte na operação militar que, liderada pela Nato e maioritariamente constituída pelos seus membros, haveria de metamorfosear-se, em Dezembro de 2004, na primeira operação militar europeia de envergadura. Este envio, decidido pelo primeiro governo de António

Guterres, que vigorosamente o defendeu contra opiniões que consideravam o empenhamento de tropas no teatro europeu (ainda que sob a égide da Nato) como secundário ou mesmo lesivo de prioridades nacionais exclusivamente centradas em cenários africanos, a preparação do contingente português começou porém no último governo de Cavaco Silva. Em finais de 2005, dez anos depois da partida do primeiro contingente que durante a vigência da lfor se manteria em cerca de novecentos homens, e mulheres, permanecem na Bósnia cerca de 300 homens, que se mantiveram desde que a força de intervenção foi reduzida e transformada em força de estabilização, e o empenhamento total de forças em missões no exterior totaliza cerca de 750 homens.

→ 1992

1 Jan - 30 Jun: Primeira Presidência Portuguesa da Comunidade Europeia.

15 Jan: dissolução da Federação da Jugoslávia. Eslovénia e Croácia tornam-se oficialmente independentes.

16 Jan: fim de 12 anos de guerra civil em El Salvador.

7 Fev: assinatura do tratado de Maastricht.

4 Out: o presidente Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhaklama, assinam um acordo de paz em Roma.

4 Dez: tropas americanas, com autorização da ONU, intervêm na Somália na tentativa de pacificar o país.

29 Dez: no Brasil, o Pres. F. Collor de Mello demite-se da presidência.

→ 1993

1 Jan: a República Checa e a República da Eslováquia tornam-se estados independentes.

3 Jan: em Moscovo, George H. W. Bush e Boris Yeltsin assinam o tratado START II.

20 Jan: Bill Clinton sucede a George H. W. Bush na presidência dos EUA.



A participação na Bósnia revela a plena consciência de que na estabilização do continente europeu, inseparavelmente aliada à sua democratização (...) reside o primeiro, o mais importante e vital, interesse de segurança de Portugal.

A participação militar portuguesa na Bósnia reveste-se de enorme significado por três motivos principais. Simbolicamente, por representar o regresso de um «corpo expedicionário» português ao solo europeu, em condições que estão nos antípodas das de 1914-18, quando a República recém-implantada forçou a sacrificada participação de Portugal na guerra movida, essencialmente, por interesses extra-europeus. Politicamente, por representar o consumir da «europeização» da política externa portuguesa e, com ela, da sua política de segurança e defesa, doravante e antes de tudo o mais uma fundamental componente desta. E em termos tanto doutrinários como operacionais por simbolizar, mesmo antes de completada, a profunda transformação das forças armadas portuguesas para se adaptarem ao mundo post-Guerra Fria e à revolução que trouxe à filosofia e à organização da segurança e defesa, e que hoje permite uma presença militar expressiva na Bósnia, no Kosovo e no Afeganistão, que soma cerca de 750 homens, e deixa de permeio um importante contributo às operações militares em Timor-Leste.

Muito sumariamente, esta adaptação consiste em transferir a justificação e a utilidade do instrumento militar da mera existência, como último garante da soberania e da independência, para o uso efectivo, em nome de interesses de segurança que se «desterritorializam» ao centrar-se na protecção da integridade não do Estado mas das comunidades e mais geralmente dos civis. Esse emprego é, em regra, feito no quadro de forças multinacionais. A profissionalização

integral dos exércitos, de muito menor dimensão e muito maior mobilidade, a flexibilidade exigida por missões diferentes, militares e não militares, de guerra e de paz, a interoperabilidade e *jointness* – acção conjunta de forças de terra, mar e ar e, tendencialmente, a fusão dos ramos, a modernização e mudança dos equipamentos – em suma, as condições de emprego da força, são os critérios por que se mede doravante a capacidade militar dos vários países e, em não pequena parte, a sua estatura nas alianças e estruturas a que pertencem e, mais geralmente, no concerto das nações. A era post-1989 aumenta, num paradoxo apenas aparente, a importância e a exigência relativamente ao instrumento militar como componente da acção externa.

A participação na Bósnia revela a plena consciência de que na estabilização do continente europeu, inseparavelmente aliada à sua democratização – dito de outro modo, a construção da paz democrática na Europa e não a mera extinção dos focos de insegurança – reside o primeiro, o mais importante e vital, interesse de segurança de Portugal. Essa consciência manifestou-se aliás na participação na intervenção da Nato no Kosovo, inclusivamente na campanha inicial de bombardeamentos contra a Sérvia, apesar dos brados de protesto dos que quiseram nisso ver uma subordinação a interesses alheios e obediência a um trejeito unilateralista americano. Mais tarde, a suspensão, criticada pelos aliados, da presença militar no Kosovo não é tão sintomática de um recolocar asiático do falso dilema «Angola ou Bósnia» mas sim de uma real dificuldade, orçamental e não só, em satisfazer compromissos militares múltiplos. E se em Timor-Leste, ao contrário da Bósnia ou do Kosovo, nunca estiveram directamente em causa interesses de segurança de Portugal, vitais ou não, no sentido estrito e egoísta do termo, que justificassem o emprego da força militar, estava certamente a credibilidade da sua política e da sua acção externa.

A Bósnia representa ainda, tal como Timor e o Afeganistão, e talvez mais especialmente o Kosovo, a progressiva deslocação da utilidade – e da justificação pública – da manu-

26 Jan: Václav Havel eleito presidente da República Checa.

27 Mar: Jian Zemin eleito presidente da República Popular da China.

12 Abr: início das operações da NATO para imposição de uma *no-fly zone* sobre a Bósnia-Herzegovina.

28 Ago: acordo israelo-palestiniano.

3 Out: violentos confrontos entre as tropas americanas e as milícias locais em Mogadishu, na Somália.

1 Nov: entrada em vigor do Tratado de Maastricht, criando a União Europeia.

→ 1994

Genocídio no Ruanda.

26 Abr: primeira eleição nacional inter-racial na África do Sul.

9 Mai: Nelson Mandela é eleito presidente da África do Sul.

31 Ago: IRA declara cessar-fogo na Irlanda do Norte.

17 Out: Israel e Jordânia assinam tratado de paz.

20 Nov: assinatura do Protocolo de Lusaka, na Zâmbia, entre o governo angolano e os rebeldes da UNITA, depois de 19 anos de guerra civil.



■ A presença das forças portuguesas na Bósnia, e em outras missões, é representativa da evolução doutrínaria e pragmática da(s) política(s) de segurança e defesa post-1989.

tenção e emprego do instrumento militar, que Portugal e a generalidade dos países europeus vão quase inconscientemente subscREVendo, mais nos actos que nas formulações doutrínarias, da defesa do Estado para a segurança, e a protecção, dos cidadãos, inclusive contra os regimes a que estão sujeitos. O bom desempenho das tropas e das forças

de segurança portuguesas, na Bósnia e nas missões que se lhe seguiram, o apoio público que nunca desfaleceu mesmo quando houve baixas a lamentar, tem de ser entendido, mais que como um acréscimo ao protagonismo nacional, como um contributo tangível aos resultados que essas missões proporcionam. ■

→ 1995

1 Jan: Áustria, Finlândia e Suécia entram na União Europeia.

3 Mar: fim da operação de *peace-keeping* da ONU na Somália.

20 Mar: no Japão, membros da seita Aum Shinrikyo levam a cabo ataque terrorista com gás sárin, no metro de Tóquio.

4 Ago: os Croatas desencadeam uma operação contra as forças sérvias em Krajina. Estes são forçados a retirarem-se para a Bósnia.



30 Ago: início do bombardeamento da NATO contra as posições sérvias na Bósnia.

24 Set: israelitas e palestinianos concordam com a transferência da Faixa de Gaza para os árabes.

4 Nov: assassinato do primeiro ministro israelita Yitzhak Rabin.

28 Nov: Declaração de Barcelona.

30 Nov: Javier Solana é eleito Secretário Geral da NATO.

14 Dez: acordos de paz de Dayton, assinados em Paris, finalizam a Guerra da Bósnia.